



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

O papel do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente no âmbito do município de Trairi - Ceará

Antônio Adaísio de Oliveira

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

O papel do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente no âmbito do município de Trairi - Ceará

Antônio Adáísio de Oliveira

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.

Orientadora: Prof^a Dra. Sandra Regina Santana Costa

Brasília, 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CO48p

Oliveira, Antônio Adaísio de

O papel do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente no âmbito do município de Trairi - Ceará / Antônio Adaísio de Oliveira; orientador Sandra Regina Santana Costa. -- Brasília, 2022.

29 p.

Monografia (Especialização - Especialização em Garantia dos Direitos e Políticas de Cuidados à Criança e ao Adolescente) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Conselho Tutelar. 2. Conselho Municipal. 3. Criança. 4. Adolescente. 5. Direito. I. Costa, Sandra Regina Santana, orient. II. Título.

Antônio Adaísio de Oliveira

**O papel do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos direitos da criança
do adolescente no âmbito do município de Trairi - Ceará**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientadora: Prof^a. Dra Sandra Regina Santana
Costa

Aprovado em: 28 de fevereiro 2022

Banca Examinadora:

Prof^a Dra Sandra Regina Santana Costa
Avaliadora 1

Prof. Dr Walece Roza Pinel
Avaliador 2

Resumo

Este trabalho tem por finalidade realizar estudo sobre o papel e importância do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como espaços de deliberação de política pública para a Criança e o Adolescente. A partir da pesquisa foi possível compreender a atuação dos Conselhos e sua importância para o combate a vulnerabilidade social de criança e adolescente no Município de Trairi-CE. Atualmente discussão tem sido feita sobre a importância do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Serviu de metodologia para a produção deste a pesquisa de abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, os resultados deste trabalho pode contribuir para os conselhos pesquisados usarem na elaboração de estratégias e ações com vistas ao fortalecimento destes. Com base na análise feita o CMDCA e CT são conselhos importantes e indispensáveis para o município, estamos diante de uma política pública que requer cuidado e atenção de todos.

Palavra Chaves: Conselho Tutelar; Conselho Municipal; Criança; Adolescente; Direito.

SUMÁRIO

Introdução	07
Metodologia	09
Levantamento, Análise e Resultado	12
Conclusão	22
Referências	24
Apêndices	25
Anexo	28
Lista de abreviaturas e siglas	29

Introdução

Problematização

Compreendendo a importância do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a fortalecimento do SGDCA é possível visualizar o papel e desafios destes quanto ao seu funcionamento para a efetivação dos Direitos de crianças e adolescentes.

A ausência de subsídio para o funcionamento destes segmentos de proteção e cuidados a criança e ao adolescente é fator que fragiliza o pleno e efetivo atendimento ao seu público.

Dessa forma, esta pesquisa busca responder ao questionamento: qual o papel e os desafios para o funcionamento do CT e CMDCA, tendo em vista que são equipamentos relevantes para a promoção dos direitos da criança e adolescente com vista a doutrina da proteção integral e da prioridade absoluta?

Contexto

Trairi é uma palavra de origem Tupi que significa Rio das Traíras. De acordo com a historiadora Maria Pia de Sales, Trairi nasceu como aldeia em 1608, com a chegada dos Pitiguaras às margens do rio Trairi. Entre o século XVI e a metade do século XVII, ainda se encontrava nesta mesma situação. No final do século XVII, começaram a chegar portugueses que se estabeleceram, constituindo famílias. A ocupação se intensifica no município em meados do século XVIII, quando os colonos Nicolau Tolentino, Marinheiro Cunha, Manuel Barbosa, Xavier de Sousa, João Verônica e Antônio Barros de Sousa estabeleceram fazendas na região. O povoado é elevado à categoria de Vila e, posteriormente, a Município.

A evolução política de Trairi é marcada por uma trajetória repleta de instabilidades, sendo alvo de constantes alterações, onde, após ter chegado à condição de município, em novembro de 1863, tem essa condição suprimida e restaurada em várias ocasiões, vindo a ser restaurado definitivamente somente em 22 de novembro de 1951 e instalado em 25 de março de 1955 com o desmembramento do município de São Gonçalo do Amarante.

Trairi situa-se no centro-norte do Estado do Ceará, na direção leste-oeste a 125 km da capital (Fortaleza). Trairi limita-se ao norte, com o município de Itapipoca e o oceano Atlântico, ao sul com o Município de São Luis do Curu, a sudeste, com o

município de São Gonçalo do Amarante, a sudoeste, com o município de Tururu, a oeste, com o município de Itapipoca e a leste com município de Paraipaba. Está inserido na Microrregião de Itapipoca, segundo o IBGE, que dividiu o estado em 33 Microrregiões Geográficas. De acordo com Divisão Político-Administrativa do Estado do Ceará, que estabeleceu 20 Áreas Administrativas, situa-se na Região 2 que tem como sede o município de Itapipoca.

A divisão territorial do município compreende 07 distritos: a Sede, Flecheiras, Mundaú, Canaan, Córrego Fundo, Munguba e Gualdrapas. O principal acesso ao município é feito através da rodovia estruturante Costa do Sol Poente de apoio ao turismo, CE085, que o interliga à capital e aos municípios vizinhos de Itapipoca e Paraipaba. Situa-se na faixa litorânea do estado a oeste de Fortaleza, sendo formado por três, unidades geomorfológicas: a planície litorânea, composta pela faixa de praia e um cordão de dunas em toda a extensão do litoral com uma largura média de 4 km, os glaces pré-litorâneos que representam a área de maior extensão e que abriga a base da economia agropecuária municipal, e a depressão sertaneja ao sul, oeste e sudeste onde verifica-se a presença de inselbergs com altitudes inferiores a 120m.

Objetivos

Geral:

Analisar as ações do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito do município de Trairi.

Específico:

- Compreender o papel e a importância do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente para a defesa, promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
- Identificar os desafios e possibilidades para o funcionamento do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente no âmbito do município de Trairi;
- Realizar análise das ações desenvolvidas pelo Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente.

Metodologia

O Conselho Tutelar é um órgão inovador na sociedade brasileira, com a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e tem como potencial de contribuir para mudanças profundas no atendimento à infância e adolescência.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um colegiado paritário composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. Sua criação está prevista no artigo 88, do Estatuto da Criança e Adolescente e orientado quanto ao seu funcionamento pelas resoluções 105 e 106 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, no município é criado por uma Lei Municipal específica que disciplina e orienta sobre o funcionamento.

A escolha e delimitação do tema são importantes na realização da pesquisa, pois define o que, como e onde pesquisar. Fazer a delimitação do tema é definir limites sobre o tema a ser pesquisado. Segundo Lakatos e Marconi (2003):

O processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a sua limitação geográfica e espacial, com vistas na realização da pesquisa. Muitas vezes as verbas disponíveis determinam uma limitação maior do que o desejado pelo coordenador, mas, se se pretende um trabalho científico, é preferível o aprofundamento à extensão (LAKATOS; MARCONI 2003, p. 218).

A metodologia tem como finalidade definir os meios e o caminho a percorrer na realização da pesquisa. Como procedimento metodológico para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, utilizou-se a pesquisa de abordagem qualitativa para analisar as ações do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito do município de Trairi – Ceará.

É importante iniciar um estudo a partir de um conhecimento embora que mínimo sobre o assunto, pois permite a busca e descoberta de conhecimentos sobre o tema em questão. A revisão bibliográfica permite este contato com o tema a partir de escritos de autores acerca do assunto. Segundo Barros (2005, p. 103 -104):

Ninguém inicia uma reflexão científica ou acadêmica a partir do ponto zero. O mais comum é iniciar qualquer trabalho ou esforço de reflexão científica a partir de conquistas ou questionamentos que já foram levantados em trabalhos anteriores. Mesmo que para criticá-los.

Todavia, é pertinente pesquisar também tal temática a partir da visão de outras fontes, com isso fez-se necessário realizar esta pesquisa com sujeitos envolvidos com os Conselheiros Tutelares e membros do CMDCA. Dessa forma, conseguimos entender melhor sobre esse percurso, bem como responder questionamentos prévios e ponderar reflexões para pesquisas futuras.

É válido salientar que o processo metodológico é uma etapa que foi pensada acerca dos recursos, dos participantes, do local de realização e demais ações que favoreçam ao desenvolvimento da pesquisa.

Destaca-se que a pesquisa de abordagem qualitativa tem papel importante, pois realiza coleta de dados descritivos e investiga fenômenos e aspectos subjetivos, conta com a participação e colaboração, analisa e faz a confrontação de idéias. Segundo Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, incluindo notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes. Nesse sentido, para Denzin e Lincoln (2006, p.17):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Neste nível a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos significativos que as pessoas e eles conferem.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Triviños (1987), complementa:

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

A partir desse tipo de pesquisa buscou-se realizar uma análise de dados, a fim de captar o fenômeno em questão, e assim, mensurar os mesmos através de gráficos estatísticos, textos e outros. Para tal fim, concordamos com Gil (2008, p.

161) quando assinala “descrever os dados obtidos, ou mais precisamente, caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto das observações”.

Participaram desta pesquisa os seguintes sujeitos: quatro Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, cinco Conselheiros Tutelares e dez moradores do município de Trairi-Ceará. Os quais responderam os questionários 1, 2, 3, respectivamente. Após a coleta de informações realizou-se a análise e sistematização dos dados.

Os questionários aplicados são de coleta de dados por amostra (Conselheiros do CMDCA e moradores de Trairi) e/ou população (Conselheiros Tutelares). Amostra é a coleta de dados e informações de uma parte selecionada, ou seja, uma parte extraída de uma população, já a população refere-se ao todo de um determinado grupo.

Mediante as considerações feitas por Gil (2008), questionário pode ser conceituado como uma técnica investigativa que é formada por questões a serem respondidas por sujeitos, objetivando a aquisição de respostas.

Ainda em consonância com as ponderações de Gil (2008), os questionários foram elaborados mediante os objetivos específicos e levando em consideração a maior clareza possível para as perguntas. Assim, os mesmos foram enviados individualmente via e-mail para os sujeitos em questão. Contudo, entendemos que é necessário o cuidado pontuado por Gil, quando diz:

“Assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.” (GIL, 2008, p. 121)

Sobre os questionários, a organização dos mesmos para essa pesquisa foi feito por questões abertas e fechadas, nas questões abertas os que respondem oferecem suas próprias respostas, já as fechadas é aquela que é marcada uma alternativa que está presente no questionário.

Dessa forma, para a composição dos mesmos foi organizado da seguinte forma: no questionário 01 (conselheiros CMDCA), teve três perguntas fechadas e duas perguntas abertas, total de cinco perguntas; no questionário 02 (Conselheiros Tutelares), uma questão fechada e duas questões abertas, total de três perguntas; e

no questionário 03 (Moradores), três perguntas fechadas e duas perguntas abertas, totalizando cinco.

Essas abordagens metodológicas tiveram como propósito, visualizar a caminhada do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar para o fortalecimento e/ou materialização dos Direitos inerentes à criança e o adolescente, que ocorre a partir da articulação do Sistema de Garantia de Direitos que desenvolve um trabalho em rede com a finalidade da efetivação dos direitos e minimizar a violação destes.

Levantamento, análise e resultado

Após a aplicação dos questionários aos Conselheiros do CMDCA e moradores de Trairi, bem como à população (Conselheiros Tutelares), partimos para a construção das informações, com vistas à análise e sistematização.

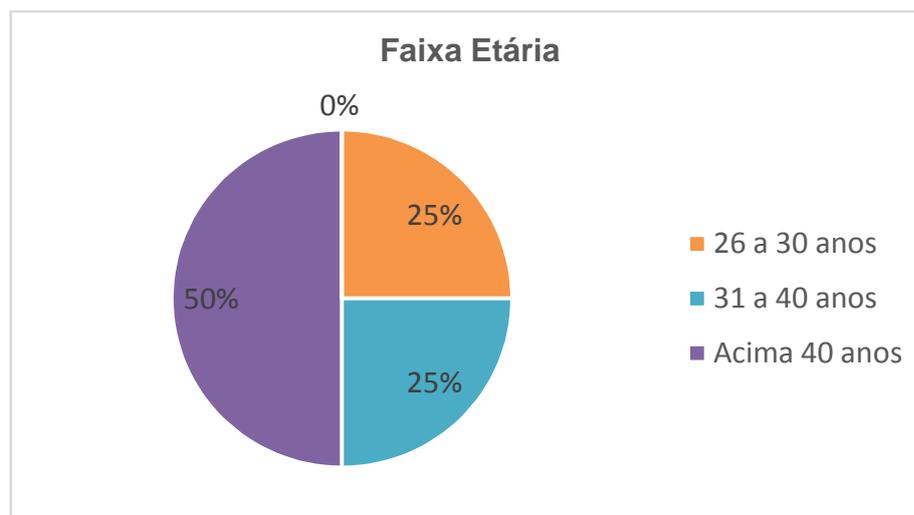
Participaram desta pesquisa os seguintes sujeitos: quatro Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, cinco Conselheiros Tutelares e dez moradores do município de Trairi-Ceará, os quais responderam aos questionários 1, 2, 3, respectivamente.

Questionário 1 - Conselheiro do CMDCA

Ao solicitarmos faixa etária na qual se encontram os quatro Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Trairi – Ceará, obtivemos as seguintes respostas: um conselheiro na faixa etária entre 26 a 30 anos, que corresponde ao percentual de 25%; um conselheiro na faixa entre 31 a 40 anos, que representa um percentual de 25% e dois conselheiros acima de 40 anos, cujo percentual equivale a 50%, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

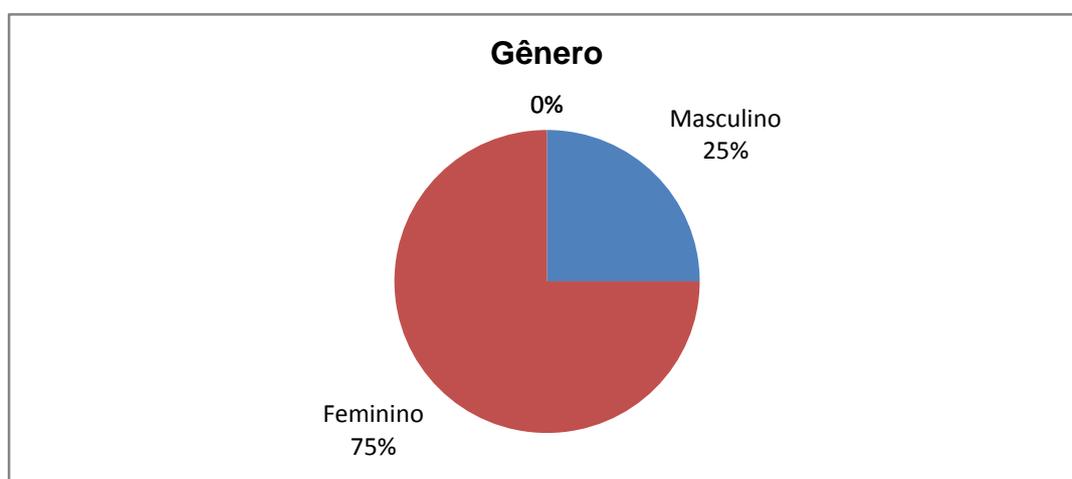
Constata-se ainda, que o Conselho está representado por um público acima de 30 anos, conforme gráfico 1.

Gráfico 1



Dos quatro Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no que se refere ao Gênero, constatou-se: um do sexo masculino e três do sexo feminino, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

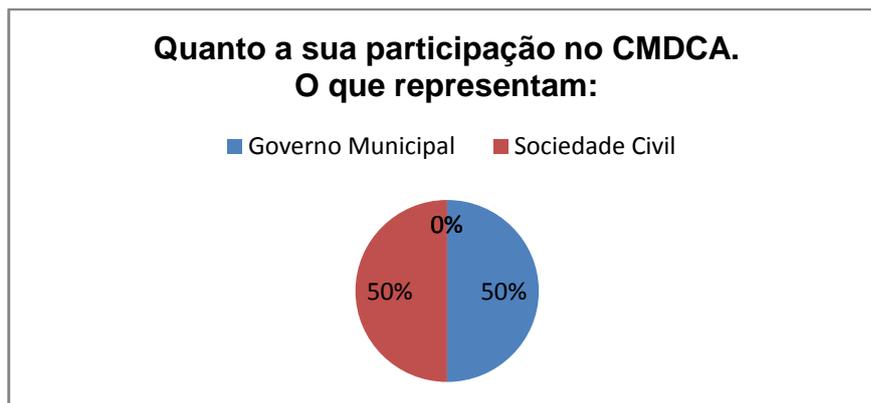
Gráfico 2



Sobre a escolaridade dos quatro conselheiros que participaram da aplicação do questionário foi possível identificar que todos têm graduação, ou seja, os dados revelam um resultado geral de 100% dos entrevistados com nível superior.

Quanto à participação dos conselheiros entrevistados no que diz respeito ao setor/órgão público que representam foi possível identificar que são dois do Governo Municipal e dois da Sociedade Civil, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3



Antes de participar do colegiado do CMDCA como representante legal os participantes da entrevista foram indagados se já haviam participado de alguma reunião do colegiado como ouvinte. Dos quatro respondentes, dois responderam sim, bem como os outros dois responderam não, correspondendo ao percentual de 50% cada um, como podemos constatar no gráfico a seguir:

Gráfico 4



O processo de indicação dos representantes para participarem do colegiado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deu a partir de consulta pelo responsável do setor/órgão para que pudessem ser indicados, ou seja, os dados revelam um resultado geral de 100%.

Indagamos aos conselheiros que apresentassem os desafios por eles visualizados na caminhada do CMDCA. Suas respostas foram assim expressadas:

Momento da pandemia, um olhar mais profundo, mais atento do governo municipal (Conselheiro 1).

Quando temos que lidar como integrantes do conselho (Conselheiro 2).

Por muitas vezes a falta de atenção por parte do poder executivo, as instituições são as mais prejudicadas quanto a recurso para fazerem suas atividades (Conselheiro 3).

Integrar todos os conselheiros e buscar realizar todas as demandas relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes (Conselheiro 4).

Quando perguntamos aos conselheiros sobre como avalia a sua atuação como Conselheira (a) do CMDCA e qual a relevância de suas ações para o município, obtivemos as seguintes respostas:

Bom, poderia ter mais me aprofundado em formações, e ter contribuído em fala e posições (Conselheiro 1).

Preciso ser uma conselheira mais assídua e mais comprometida com os demais. Sabemos que somos de uma total importância para o município desde que estamos trabalhando diretamente com adolescente (Conselheiro 2).

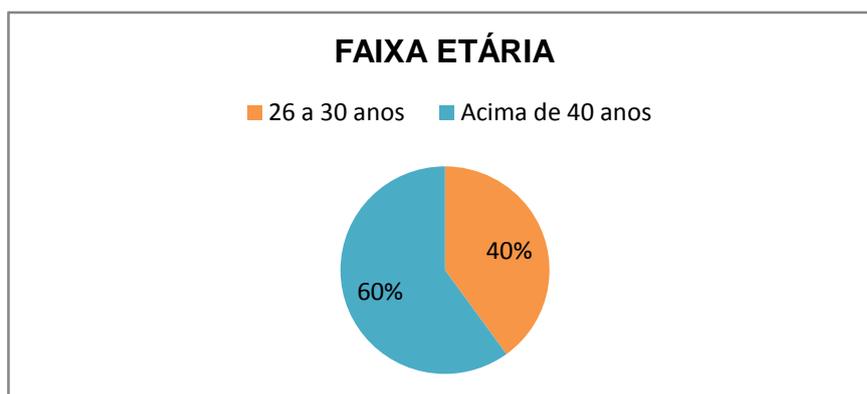
Me considero uma conselheira participativa e no que posso ajudar estou disponível para trabalhar pelo direito da criança e adolescentedo município de Trairi (Conselheiro 3).

Durante este tempo procurei dar o melhor para que ações fossem realizadas com êxito (Conselheiro 4).

Questionário 2 – Conselheiro Tutelar

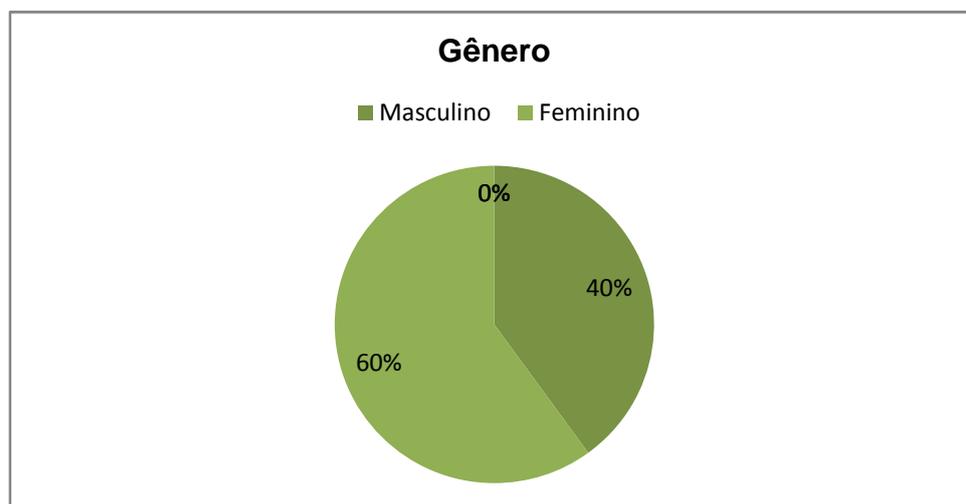
O Conselho Tutelar como orienta e determina a legislação é composto por cinco conselheiros eleitos para um mandato de quatro anos. Desses cinco, dois encontram-se na faixa etária de 26 a 30 anos e três acima de 40 anos, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1



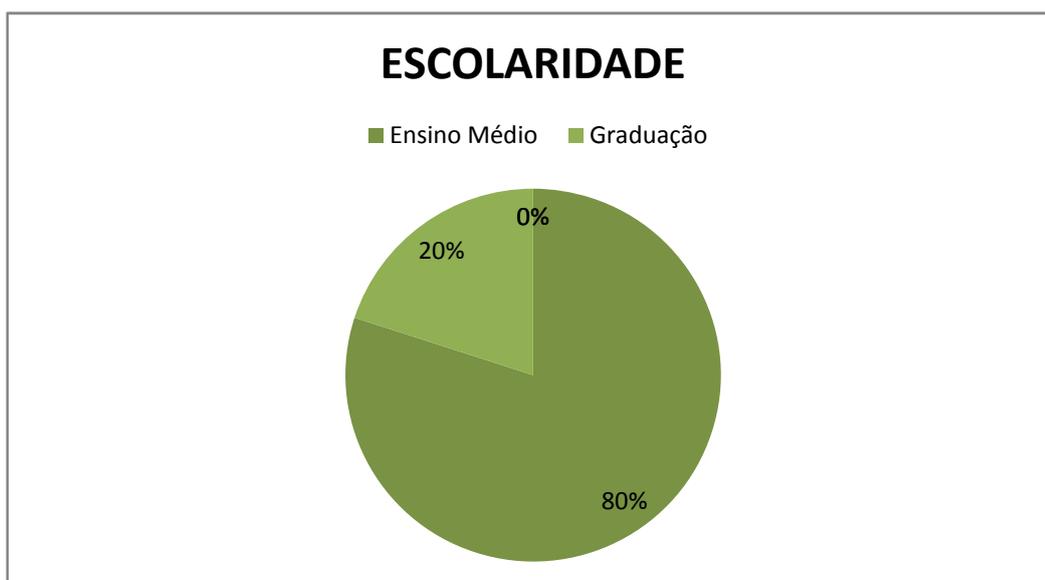
Já no fator gênero, dos cinco conselheiros, dois são do gênero masculino e três do feminino, correspondendo ao percentual de 40% para o masculino e 60% para o feminino, de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 2



Quanto à escolaridade dos conselheiros tutelares, quatro possuem o Ensino Médio e um possui Graduação. A correspondência em percentual equivale a 80% e 20%, respectivamente, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

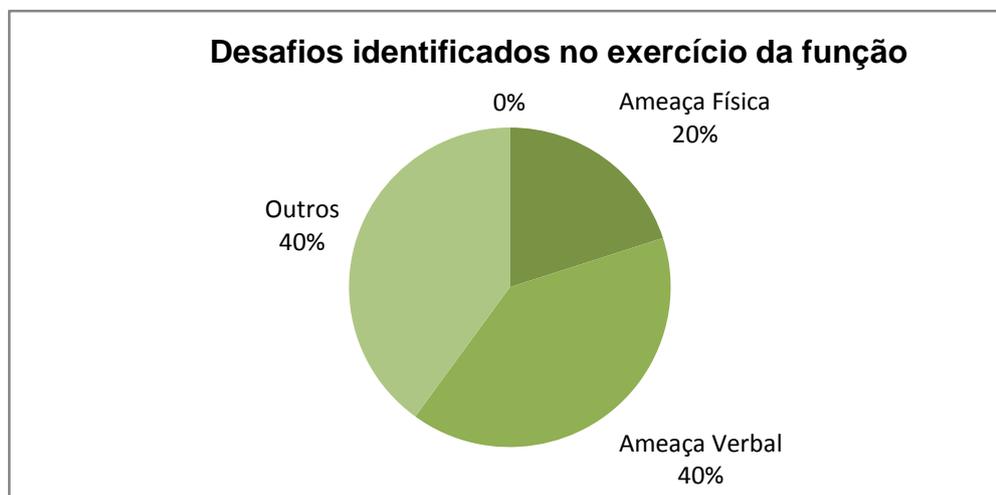
Gráfico 3



Os conselheiros relataram quais desafios enfrentam no exercício da função. Constata-se que 20% sofreram ameaça física, 40% passaram por ameaça verbal e

40% tiveram outros tipos de desafios, os quais não foram identificados. O gráfico a seguir representa os referidos percentuais:

Gráfico 4



Os conselheiros tutelares de Trairi relataram como são identificados e trabalhados os desafios, conforme repostas a seguir:

O conselho recebe a denúncia, faz a averiguação e toma as medidas necessárias (Conselheiro 1).

Os desafios que encontramos na rotina de trabalho ocorrem geralmente com contato das famílias das crianças e adolescentes, quando as famílias dificultam a análise dos casos. Para dirimir estas dificuldades procuramos manter o diálogo e a insistência para cumprir com nossas obrigações (Conselheiro 2).

Em visita e ao entregar a notificação a família e quando sai do atendimento, e nós não vamos a diante (Conselheiro 3).

São identificadas através de ações diárias desse conselho através de denúncias sigilosas e após encaminhamos aos órgãos competentes cada caso identificado para manter os direitos estabelecidos no ECA (Conselheiro 4).

Através de denúncias anônimas onde averiguamos e fazemos os procedimentos necessários e o encaminhamento aos órgãos competentes (Conselheiro 5).

Quando perguntado aos conselheiros a respeito de suas opiniões sobre o papel do Conselho Tutelar para a defesa e promoção dos Direitos de crianças e adolescentes, assim se expressaram:

É um papel de muita importância dentro do município, onde todos os dias trabalhamos para garantir os direitos estabelecidos, onde os desafios estão presente no dia a dia (Conselheiro 1).

O Conselho tutelar é um órgão indispensável para garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, firmando sua responsabilidade no artigo 136 da Lei Federal 8.069/90 (ECA) (Conselheiro 2).

Fazer valer todos os direitos da criança e adolescente, como manda a lei do (ECA), de tamanha importância os conselheiros tutelares atuando com seus trabalhos em prol dos direitos da criança e adolescente (Conselheiro 3).

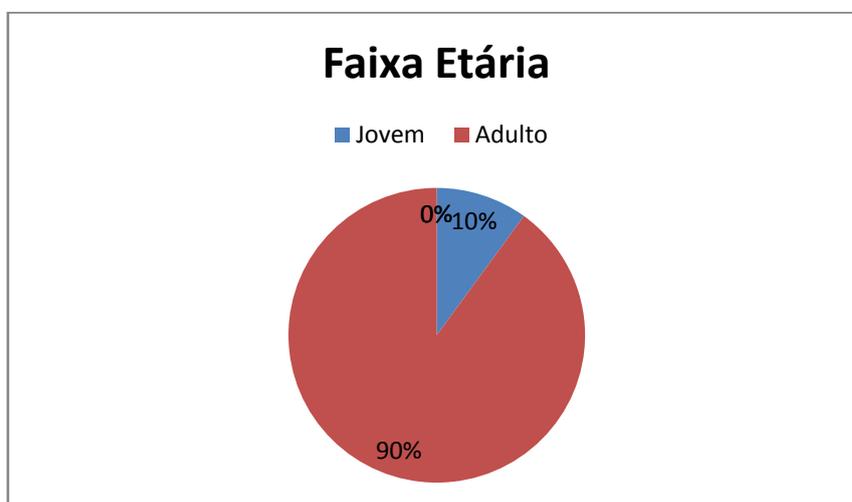
O papel do Conselho tutelar é essencial, pois, identifica possíveis ameaças ou violações aos direitos das crianças e adolescentes, seja por ações ou omissão dos pais ou responsáveis, da comunidade, do estado, ou ainda dá própria conduta das crianças e adolescentes, Os quais ocorrendo busca solucionar diretamente no âmbito familiar ou ainda requisita para os órgãos competentes as providências necessárias para se fazer cumprir a lei (Conselheiro 4).

É de extrema importância para as crianças e os adolescentes, pois ficamos responsáveis por cumprir e fiscalizar o cumprimento das leis que diz respeito a crianças e adolescentes (Conselheiro 5).

Questionário 3 - Moradores

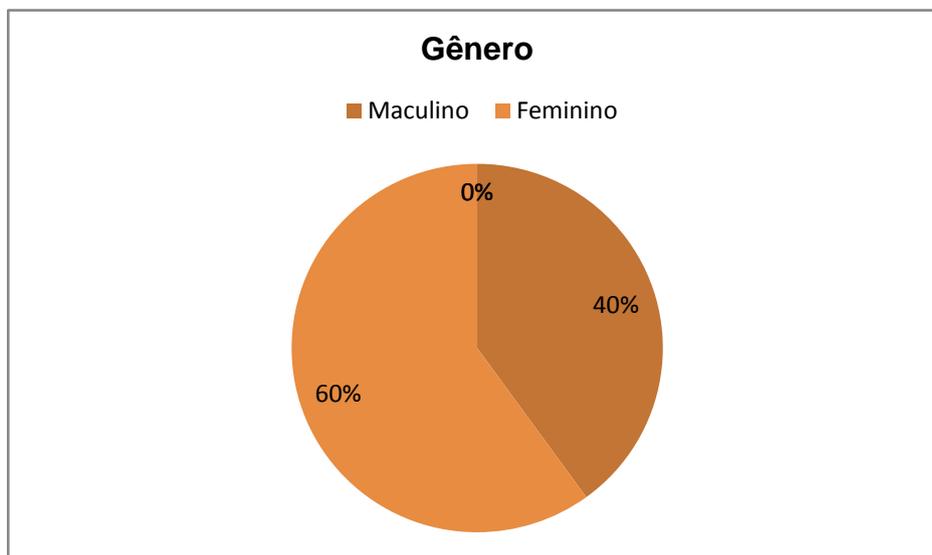
Na faixa etária existiam as três denominação/categoria: adolescente, jovem e adulto, nenhum adolescente respondeu ao questionário, dos dez moradores que responderam um é Jovem e nove Adultos conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1



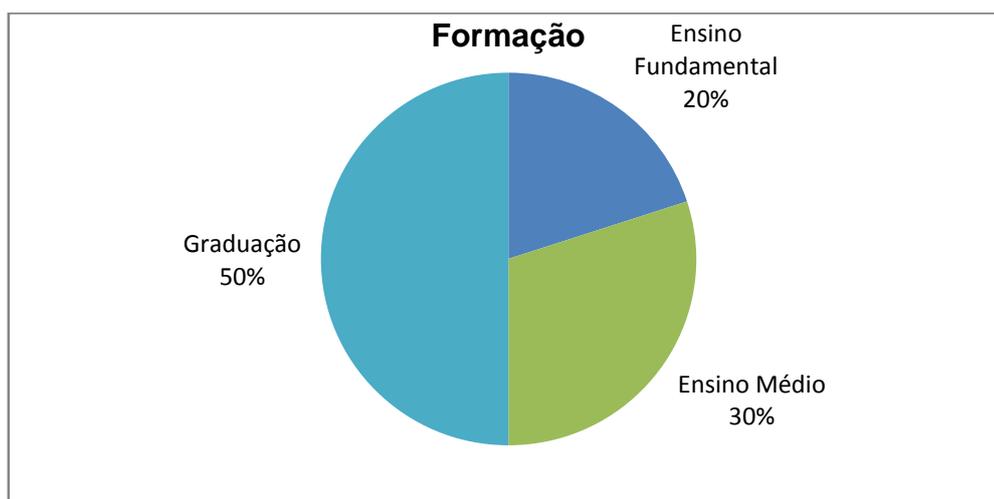
Em relação ao Gênero dos participantes, quatro são do gênero masculino e seis do gênero feminino, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 2

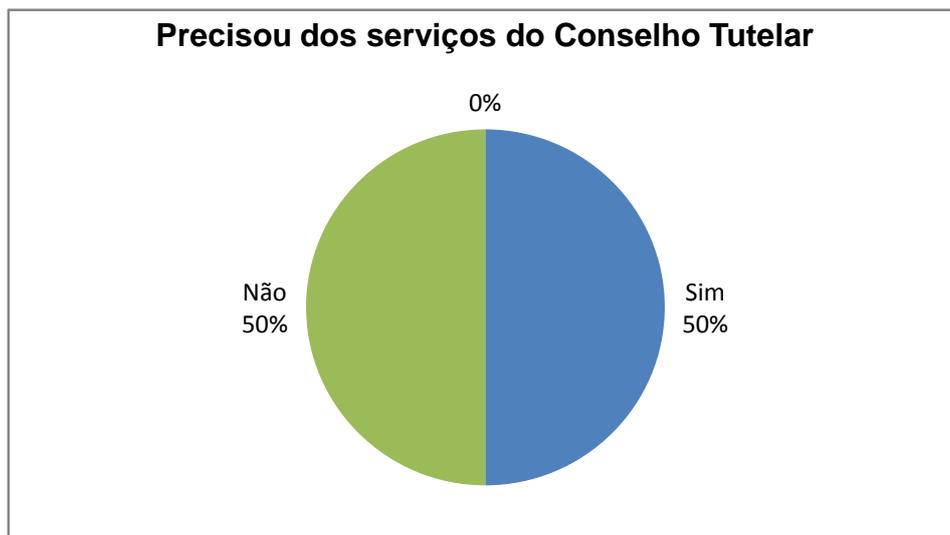


Sobre a formação dos moradores entrevistados, dois possuem o Ensino Fundamental, três o Ensino Médio e cinco têm graduação, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3



Dos dez moradores entrevistados, cinco responderam que já precisaram dos serviços do Conselho Tutelar e cinco responderam que não precisaram, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4

Sobre o que faz um conselheiro tutelar dos dez entrevistados sete disseram saber e três não saber, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 5

Sobre as principais funções do Conselho Tutelar dos dez entrevistados (moradores) apenas oito responderam. Veja a resposta abaixo:

Conversa e orientar (Morador 1).

Ajuda todos que precisam (Morador 2).

Ajuda familiares com criança e jovens que vive em situações não muito convenientes (Morador 3).

Trabalhar pelos direitos das crianças e dos adolescentes (Morador 4).

Dar assistência a crianças e adolescentes (Morador 5).

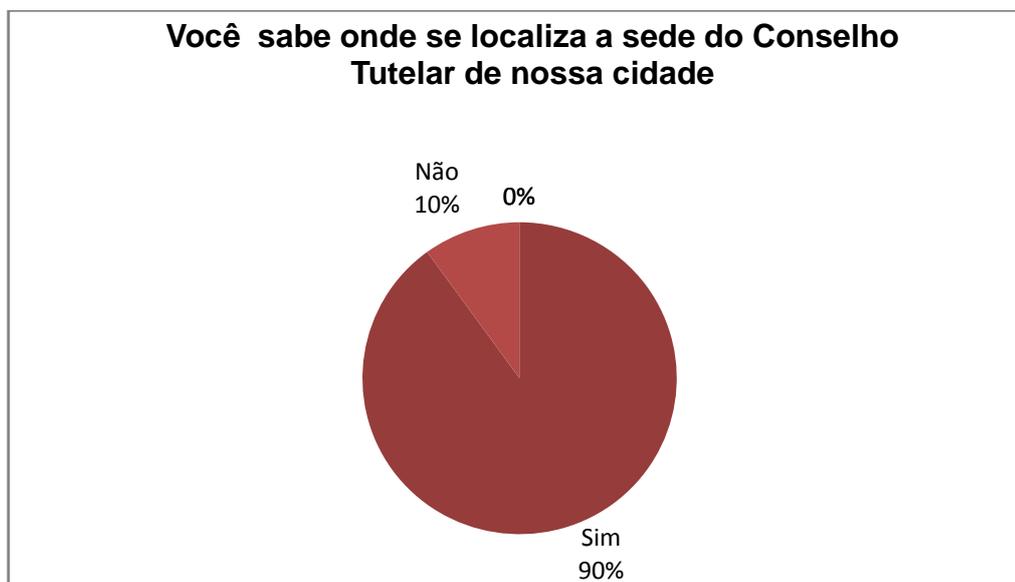
Orientar e fiscalizar situações familiares que foge do controle dos pais (Morador 6);

Buscar dentro das possibilidades a resolução de causa oriundas do entorno da responsabilidade que lhe foram atribuídas (Morador 7).

Acompanhar pais e crianças, adolescentes. Visitarecuidardacriança abandonada (Morador 8).

Sobre onde se localiza a sede do Conselho Tutelar de Trairi nove moradores sabem onde se localiza e um entrevistado não sabe, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 6



Todo município deve ter no mínimo um Conselho Tutelar. Você considera a função de Conselheiro Tutelar necessária para o município? Justifique.

Sim por que um conselheiro tutelar serve para conversa e orienta jovens, acompanha familiares, etc (Morador 1).

Sim, por que a maioria dos adolescentes precisam de muita ajuda! (Morador 2).

Sim, por que o conselheiro é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente tirando da situação de risco e encaminhando para melhores condições dentro da sociedade (Morador 3).

Sim, por que existe muitas crianças e adolescentes que precisam do apoio e cuidado do Conselho Tutelar (Morador 4).

Sim, por que ajuda famílias dentro da sociedade (Morador 5).

Certamente. Para que a população tenha mais um apoio de assistência, orientações, acompanhamento a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade, como garante a lei de proteção (Morador 6).

Sim, é uma função importante para a cidade no campo social (Morador 7).

Sim, por que vejo como uma parceria para juntos tomarmos rumos para algumas decisões mediante situação criança e adolescentes. Quando todos trazem mais ou menos os mesmos objetivos (Morador 8).

Sim, Acompanha a escola, crianças e família carente, menores em risco, etc (Morador 9).

Reconheço que é uma função importante, no entanto não sei as funções exatamente (Morador 10).

Conclusão

Ao realizar a pesquisa para produção deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, foi importante, pois proporcionou uma análise da situação do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente e Conselho Tutelar no território do município de Trairi – Ceará.

Para a produção deste trabalho tomei como metodologia a pesquisa de abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica descritiva de autores e legislação que tratam do tema onde abordam conceito, definição, impactos e outros. Ao analisar e observar leis que tratam do tema e escritos de autores foi possível visualizar a importância e papel dos conselhos estudados, já a aplicação do questionário permitiu compreender o funcionamento destes no âmbito do município de Trairi.

Com a concretização da pesquisa foi possível ouvir conselheiros do CMDCA, Conselheiros Tutelares e moradores, com o intuito de compreender a importância e

a necessidade de implementação de políticas públicas de fortalecimento destes espaços de promoção e defesa dos direitos de criança e adolescente.

Cabe ao poder público municipal assegurar e garantir o que está previsto nos marcos legais, no que privilegia o funcionamento do CMDCA e Conselho Tutelar, com isso teremos estes espaços fortalecidos e eficientes em sua atuação.

O avanço das políticas públicas no tocante a criança e o adolescente têm contribuído para o fortalecimento da política de atendimento a estes, que se materializam quando toda a rede que integra o SGDCA estimulam o protagonismo e o empoderamento dos meninos e meninas.

A Constituição Federal – CF amplia o leque de direitos fundamentais, sendo os direitos individuais, direitos políticos e sociais. O CMDCA é de composição paritária com membros titulares e suplentes, definido e estabelecido a partir de uma Lei municipal, na qual estabelece as suas competências, representantes e outras informações.

O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Conforme Gontijo (2014), a definição dos Conselhos de Políticas Públicas (CPP):

Já os conselhos de políticas, também denominados como conselhos gestores, estão relacionados a políticas mais estruturadas e tendência universal. São, em geral, de natureza paritária e fazem parte de um sistema nacional de atribuições, em geral, legalmente estabelecidas (GONTIJO, 2014, p. 55).

Já o Conselho Tutelar está previsto no ECA, é um espaço público com força legal, composto de cinco integrantes que assumem papel de guardião dos direitos da criança e adolescente.

A relevância deste trabalho para a sociedade trairiense é poder sistematizar dados e informações que servirá de bibliografia para pesquisa e estudo e para minha vida acadêmica aprendizado e conhecimento.

Referências

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Constituição Federal 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: DOU, 1990.

CONANDA. Resolução 105/2005 Publicada em 15 de junho de 2005.

CONANDA. Resolução 106/2005 Publicada em 17 de novembro de 2005

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga, Representação política em espaços participativos instituídos: estudo exploratório em conselhos municipais de educação; Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 47-94, jul./dez. 2014.

<https://www.academicapesquisa.com.br/post/m%C3%A9todo-qualitativo-como-fazer>. Acessado em 12/01/ 2022 as 11:30.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Trairi>. Acesso em: 20/dezembro./2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa - ação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TRAIRI. Lei Municipal 719/2015, de 18 de Março de 2015.

TRAIRI. Lei Municipal 746/2015, de 05 de Outubro de 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

Apêndices**Questionário 1 - Conselheiro do CMDCA****Faixa Etária:**

20 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 40 anos Acima de 40 anos

Gênero:

Masculino Feminino

Escolaridade:

Ensino Fundamental Ensino Médio Graduação

1 – Quanto a sua participação no CMDCA. O que representa:

Governo Municipal

Sociedade Civil

2 - Antes de participar do CMDCA você já havia participado de alguma reunião deste colegiado como ouvinte?

Sim

Não

3 - Como foi o processo de sua indicação para participar do colegiado do CMDCA

Foi consultado

Foi indicado sem consulta

Apenas comunicado

4 – Que desafios você visualiza na caminhada do CMDCA?

5 – Como você avalia a sua atuação como Conselheiro (a) do CMDCA e qual a relevância de suas ações para o município?

Questionário 2 – Conselheiro Tutelar**Faixa Etária:**

20 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 40 anos Acima de 40 anos

Gênero:

Masculino Feminino

Escolaridade:

Ensino Fundamental Ensino Médio Graduação

1 – Quais desafios você identifica no exercício da função?

Material de expediente

Transporte

Equipamentos

Ameaça física

Ameaça verbal

Outros

2 - Como são identificados e trabalhados os desafios?

3 - Qual a sua opinião sobre o papel do Conselho Tutelar para a defesa e promoção dos Direitos de crianças e adolescentes?

Questionário 3 - Moradores**Faixa Etária:**

Adolescente Jovem Adulto

Gênero:

Masculino Feminino

Formação:

Ensino Fundamental Ensino Médio Graduação

1 – Você já precisou dos serviços do Conselho Tutelar?

Sim

Não

2 - Você sabe o que faz um conselheiro tutelar?

Sim

Não

3 – Quais suas principais funções?

4 - Você sabe onde se localiza a sede do Conselho Tutelar de nossa cidade?

Sim

Não

5 – Você considera a função de Conselheiro Tutelar necessária para o município?
Por que? Justifique.

Anexo

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O papel do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente no âmbito do município de Trairi - Ceará”, de responsabilidade de Antônio Adaísio de Oliveira, estudante do curso de pós graduação em Garantia dos direitos e política de cuidado a criança e ao adolescente da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar as ações do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito do município de Trairi. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (85) 99920 -2504 ou pelo e-mail adaisio_oliveira@live.com.pt.

O pesquisador garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de análise dos dados, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do pesquisador

Trairi - Ceará, ____ de _____ de 2022

Lista de abreviaturas e siglas

CF – Constituição Federal

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CT – Conselho Tutelar

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SGDCA – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente